



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

7ª Promotoria de Justiça de Bragança Paulista

Autos nº 14.0215.0004098/2017

Pelo presente instrumento, na forma do artigo 5º, parágrafo 6º, da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, de um lado o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, por intermédio do Promotor de Justiça que abaixo subscreve, doravante denominado **TOMADOR DO COMPROMISSO**; de outro lado o **MUNICÍPIO DE PEDRA BELA**, CNPJ nº 45.290.426/0001-65, representado pelo Prefeito, Senhor Álvaro Jesiel de Lima, cuja sede está localizada na Rua Bernardino de Lima Paes, 45, CEP 12.990-000, Pedra Bela, doravante denominado **COMPROMITENTE**, celebram este compromisso de ajustamento, nos seguintes termos:

**CONSIDERANDO** que incumbe ao Ministério Público a defesa do patrimônio público e social, da moralidade e da eficiência administrativas, na forma dos artigos 127, *caput*, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

Hader





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**CONSIDERANDO** que são princípios norteadores da Administração Pública e de seus respectivos gestores a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência (art. 37, *caput*, da Constituição Federal);

**CONSIDERANDO** que o princípio da impessoalidade impõe o tratamento igualitário aos cidadãos, sendo inadmissível a contratação de qualquer pessoa sem a prévia realização de concurso público, instrumento colocado à disposição da Administração Pública para conferir tratamento isonômico aos interessados na obtenção de qualquer cargo público;

**CONSIDERANDO** que, embora o Município seja dotado de autonomia política e administrativa dentro do sistema federativo (art. 1º e 18 da Constituição Federal), tal autonomia não tem caráter absoluto, pois encontra limitação nas regras estabelecidas pelas Constituições Federal e Estadual, dentre as quais a obrigatoriedade do preenchimento dos cargos públicos pela via do concurso público de provas ou de provas e títulos, com exceção dos cargos em comissão;

**CONSIDERANDO** que a contratação em comissão para cargo de natureza essencialmente técnica, burocrática ou operacional é nula por vício de forma e de ilegalidade do objeto ante a manifesta violação ao princípio do concurso público estabelecido nas Constituições Federal e Estadual (art. 2º da Lei 4.717/65);

Hander





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**CONSIDERANDO** configurar ato de improbidade administrativa a conduta que atenta contra os princípios da Administração Pública qualquer ação ou omissão que cause prejuízo ao erário, bem assim viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições, e praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto na regra de competência; nos termos dos artigos 10, *caput*, e 11, *caput* e inciso I, ambos da Lei 8.429/92.

O **COMPROMITENTE** se obriga a preencher os cargos, as funções e os empregos públicos por concursos de provas ou de provas e títulos, conforme o grau de complexidade de suas atribuições, ressalvadas as hipóteses, nos termos de lei municipal específica, de contratação por prazo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público e para preenchimento de cargos em comissão declarados, em lei municipal específica, de livre nomeação e exoneração pela autoridade competente, nos termos do disposto no inciso V do artigo 37 da Constituição Federal;

O **COMPROMITENTE** se obriga, no caso de vacância definitiva, a não admitir processo seletivo simplificado para preenchimento de cargos, funções ou empregos públicos da administração municipal;

O **TOMADOR DO COMPROMISSO** e o **COMPROMITENTE** admitem como hipótese temporária de excepcional interesse público, a justificar a contratação por prazo determinado, a





## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

situação de vacância transitória, caracterizada por faltas, afastamentos e licenças do titular do cargo, função ou emprego, que não permita a realização de concurso público e cuja atividade estatal seja imprescindível, pena de grave risco à continuidade do serviço ou nas demais situações previstas pela lei municipal específica e desde que compatíveis com os requisitos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e de lei federal aplicável, devendo ser realizado prévio processo seletivo para a seleção;

O **COMPROMITENTE** se obriga a observar nos processos seletivos simplificados a estrita ordem de classificação dos aprovados quando da nomeação ou designação de pessoas;

O **COMPROMITENTE** se obriga a não expedir atos administrativos de qualquer natureza com o fim de efetuar a contratação temporária ou efetiva de pessoas sem a prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, ou de processo seletivo, ressalvados os cargos em comissão e as funções de confiança;

O **TOMADOR DO COMPROMISSO** e o **COMPROMITENTE** reconhecem que processo seletivo é o procedimento simplificado para seleção de pessoas, mediante avaliação por provas ou provas e títulos, com validade de até 01 (um) ano e improrrogável, e o **COMPROMITENTE** se obriga a observar essas condições para a abertura de processos seletivos;

O **COMPROMITENTE** se obriga a fazer constar em seus editais de concursos públicos e de processos seletivos





## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

que as avaliações serão mediante provas ou provas e títulos, bem assim que as notas dos títulos deverão apenas complementar as notas das provas, sendo proporcionais à avaliação final;

O **COMPROMITENTE** se obriga a não realizar concurso público ou processo seletivo com avaliações exclusivamente de títulos, não permitir que a nota dos títulos constitua mais de 30% da nota final dos candidatos nem admitir que os títulos ou a habilitação profissional constituam critério de desempate, fazendo tais previsões nos editais;

O **COMPROMITENTE** se obriga a não expedir atos administrativos de qualquer natureza com o fim de remover qualquer de seus agentes públicos do cargo, emprego ou função por ele ocupada e proveniente de aprovação em concurso público, para outro cargo, emprego ou função com competência (atribuição) de natureza diferente, com maior ou menor remuneração, salário ou subsídio;

O **COMPROMITENTE** se obriga a não expedir atos administrativos de qualquer natureza com o fim de modificar a competência (atribuição) ou natureza do cargo, emprego ou função para favorecer ou prejudicar qualquer dos seus agentes públicos;

O **TOMADOR DO COMPROMISSO** e o **COMPROMITENTE** reconhecem que os cargos em comissão - declarados em lei de livre nomeação e exoneração - deverão ser





## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

ocupados exclusivamente por pessoas com conhecimento específico na área de atribuição para a qual foram nomeados, cuja comprovação desse conhecimento decorrerá da formação escolar em ensino superior, em instituição de ensino reconhecida oficialmente; e no caso de chefes de departamento ou chefes de divisão, de formação escolar em ensino superior ou técnico, em instituição de ensino reconhecida oficialmente, estando o **COMPROMITENTE** obrigado a observar tais condições para a nomeação de pessoas;

O **TOMADOR DO COMPROMISSO** e o **COMPROMITENTE** reconhecem que as funções de confiança deverão ser ocupadas exclusivamente por agentes públicos da respectiva carreira, previamente aprovados em concursos públicos de provas ou de provas e títulos para a mesma carreira, para atribuições como chefe de departamentos, órgãos etc.; estando o **COMPROMITENTE** obrigado a observar tais condições para a nomeação de pessoas para funções de confiança, por exemplo: chefe da guarda municipal, dentre guardas municipais concursados; chefe do departamento jurídico ou procurador chefe, dentre procuradores/advogados do Município concursados;

O **TOMADOR DO COMPROMISSO** e o **COMPROMITENTE** reconhecem que os cargos em comissão e as funções de confiança são exclusivamente para as funções de direção, chefia e assessoramento, e o **COMPROMITENTE** se obriga a observar tais condições para as nomeações e a se abster de nomear para cargos em comissão com atribuições meramente burocráticas ou mesmo técnicas, tais como as atribuições de secretários administrativos, engenheiros, advogados, motoristas etc.





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

O TOMADOR DO COMPROMISSO e o COMPROMITENTE reconhecem que os cargos políticos da alta direção do Governo, equiparados a Secretários, no caso de Pedra Bela sendo os Diretores de Governo, não se enquadram nas vedações às nomeações aqui tratadas, relativas à formação escolar;

O TOMADOR DO COMPROMISSO e o COMPROMITENTE reconhecem que as funções de direção, chefia e assessoramento são aquelas nas quais não deverá haver estrita dependência do subordinado ao superior hierárquico para o seu desempenho e se caracterizem como atividades que possuam participação na formação da decisão política da alta administração municipal, não se permitindo sejam qualificados como tais as funções meramente materiais;

O COMPROMITENTE se obriga a não nomear para cargos em comissão os parentes em linha reta ou colateral até o quarto grau, e afins inclusive, do Prefeito, Vice-Prefeito, inclusive, de pessoas ocupantes de outros cargos eletivos ou em comissão na Administração Municipal direta ou indireta, de ocupantes de cargos eletivos do Poder Legislativo local - Câmara Municipal de Vereadores - e de Membros do Poder Judiciário, do Ministério Público ou da Defensoria Pública que atuem no Município ou na Comarca, nos termos da súmula vinculante 13 do Supremo Tribunal Federal;

O COMPROMITENTE se obriga a não contratar estagiários em substituição às funções que devam ser





## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

exercidas exclusivamente por agentes públicos ocupantes de cargos, empregos ou funções públicas, obedecendo as leis pertinentes;

O **COMPROMITENTE** se obriga a publicar ato administrativo levando ao conhecimento de todos a existência deste termo de ajustamento de conduta, para que tomem conhecimento e fiscalizem;

O **COMPROMITENTE** se obriga a publicar o extrato deste termo de ajustamento de conduta, ao menos três vezes, em jornal de circulação local, no prazo de 30 dias a contar da assinatura deste termo, devendo conter os seguintes dizeres: *"O Município de Pedra Bela assinou TAC com o Ministério Público, no qual assumiu a obrigação de preencher os seus cargos, funções ou empregos públicos com pessoas aprovadas em concurso público de provas ou provas e títulos, ressalvados apenas os cargos em comissão e as funções de confiança, exclusivamente para as funções de direção, chefia ou assessoramento"*;

O **COMPROMITENTE** se obriga a fornecer toda a documentação pertinente às nomeações, concursos públicos e processos seletivos, quando solicitada pelo **TOMADOR DO COMPROMISSO**, no prazo que este fixar, nunca inferior a 15 dias;

O **COMPROMITENTE** se obriga a enviar uma relação de todos os cargos, empregos e funções qualificados como de comissão ou de confiança, com a indicação dos respectivos salários, subsídios etc. no prazo de 60 dias;

Handwritten signature in blue ink.

Large handwritten signature in blue ink.

945





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

O **COMPROMITENTE** se obriga a enviar uma relação dos cargos, empregos e funções qualificados como de comissão ou de confiança, em desacordo com o determinado acima, no prazo de 90 dias, e a promover a abertura de concurso público para preenchê-los, no prazo de seis meses, permanecendo os atuais ocupantes até a data da posse dos aprovados nos concursos públicos, caso seja necessário para a continuidade da prestação do serviço público; no caso de haver concurso público já realizado e em vigor, deverá convocar os aprovados em 90 dias;

O **COMPROMITENTE** se obriga a exonerar, em até 12 meses, aqueles agentes públicos ocupantes de cargos, empregos ou funções que não estejam de acordo com as disposições acima, bem assim a extinguir, no mesmo prazo, os contratos, oriundos de licitações ou não, feitos para a contratação de serviços tipicamente da Administração Pública, entre outros, de Procuradoria, contadoria e assistência social do Município, realizando concurso público para o preenchimento desses cargos, cujo edital será expedido no prazo de 180 dias;

O **COMPROMITENTE** se obriga a comprovar que cumpriu todas as obrigações estipuladas neste termo de ajustamento de conduta, de ofício ou quando instado pelo **TOMADOR DO COMPROMISSO**, no prazo que este fixar, nunca inferior a 30 dias, e, caso seja necessária a propositura de ação executiva deste termo, o **COMPROMITENTE** assume para si o ônus ou dever de comprovar o cumprimento das cláusulas deste termo de ajustamento de conduta, na





## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

forma do artigo 190 e do artigo 373, parágrafo 3º, ambos do Código de Processo Civil;

Em caso de descumprimento de qualquer dessas cláusulas o **COMPROMITENTE** ficará sujeito ao pagamento de multa diária de 30 (trinta) UFESP'S, ou outra unidade monetária que vier a substituí-la, por infração cometida, dobrada em caso de reincidência, que reverterá em favor do fundo de que cuida o artigo 13 da Lei 7.347/85, incidindo em correção monetária e juros legais, podendo ser cobrada judicial ou extrajudicialmente pelo **TOMADOR DO COMPROMISSO**.

Entender-se-á como infração às cláusulas deste compromisso:

1. Cada omissão do dever de realizar concurso público para cada um dos cargos, funções ou empregos, até a efetiva nomeação dos aprovados;

2. Cada ato administrativo emitido em desrespeito ao presente compromisso, até sua efetiva cassação ou revogação;

3. Cada contratação ou nomeação de agente público sem prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, até a efetiva exoneração do nomeado ou designado;

4. Cada nomeação de agente público para ocupar cargos em comissão ou função de confiança, em desrespeito ao acima exposto, até a efetiva exoneração do nomeado ou designado;

5. Cada conjunto de 10 pessoas não exoneras, que ocupem irregularmente cargos em comissão ou função





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

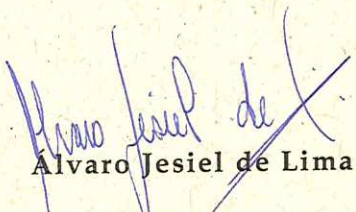
de confiança, até a efetiva exoneração de todos os nomeados ou designados.


Este termo de compromisso produzirá efeito desde já e terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do artigo 5º, parágrafo 6º, da Lei 7.347/85; e do artigo 784, inciso XII, do novo Código de Processo Civil, e seus prazos serão contados da sua assinatura.

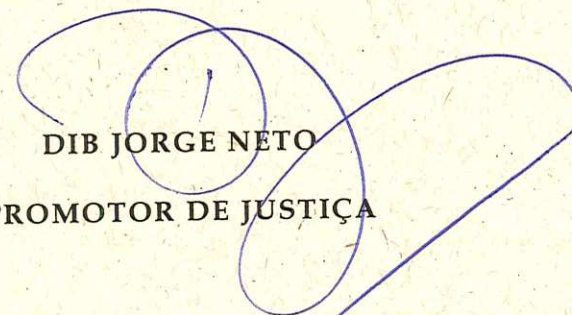
Este termo de compromisso será submetido à homologação do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo.

E, por estarem de acordo, firmam o presente.

Bragança Paulista, 06 de fevereiro de 2019

  
Alvaro Jesiel de Lima  
COMPROMITENTE

  
David Augusto Casagrande - OAB 320.419  
ADVOGADO

  
DIB JORGE NETO  
PROMOTOR DE JUSTIÇA

Testemunha: 

Testemunha:





Autos nº 14.0215.0004098/2017

7ª Promotoria de Justiça de Bragança Paulista

**ADENDO AO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

Considerando as determinações do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público;

Considerando a concordância do **TOMADOR DO COMPROMISSO**, representado pelo Promotor de Justiça da 7ª Promotoria de Justiça de Bragança Paulista, e do **COMPROMISSÁRIO**, representado pelo Prefeito do Município de Pedra Bela, Álvaro Jesiel de Lima;

Pelo presente instrumento, fica excluída do TAC assinado em 31/07/2019 (fls. 935/948) a seguinte cláusula presente na fl. 944, terceiro parágrafo:

*"O COMPROMITENTE se obriga a não nomear para cargos em comissão os parentes em linha reta ou colateral até o quarto*





## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

*grau, e afins inclusive, do Prefeito, Vice-Prefeito, inclusive, de pessoas ocupantes de outros cargos eletivos ou em comissão na Administração Municipal direta ou indireta, de ocupantes de cargos eletivos do Poder Legislativo local - Câmara Municipal de Vereadores - e de Membros do Poder Judiciário, do Ministério Público ou da Defensoria Pública que atuem no Município ou na Comarca, nos termos da súmula vinculante 13 do Supremo Tribunal Federal;"*

Essa cláusula não produzirá nenhum efeito jurídico, considerando-se como inexistente no TAC firmado;

**Álvaro Jesiel de Lima****Prefeito do Município de Pedra Bela****David Augusto Casagrande****Advogado - OAB/SP nº 320.419****DIB JORGE NETO****PROMOTOR DE JUSTIÇA**





Autos nº 14.0215.0004098/2017 - adendo

5ª Promotoria de Justiça de Bragança Paulista

Considerando o termo de ajustamento de conduta firmado com o Ministério Público no bojo deste inquérito civil, ainda pendente de homologação pelo Egrégio Conselho Superior do Ministério Público de São Paulo;

Considerando que o termo trata da ocupação de cargos públicos em desconformidade com as normas legais;

Considerando o quadro de comissionados remetido pela Prefeitura de Pedra Bela (ofício nº 209/2020 - fls. 1147/1148), apresentando como irregulares, nos termos do TAC, os cargos de: *Assistente de Gabinete, Chefe da Divisão de Esporte Amador, Chefe da Divisão de Compras e Almoxarifado e Assessor de Gabinete (técnico em informática), por serem funções técnicas ou porque os ocupantes possuem formação escolar inadequada ou insuficiente para o cargo;*

O Município Compromitente assume a obrigação de exonerar os ocupantes desses cargos, nos prazos estabelecidos anteriormente no TAC, ou em até 15 dias da notificação com homologação do termo, sob as cominações legais do TAC;





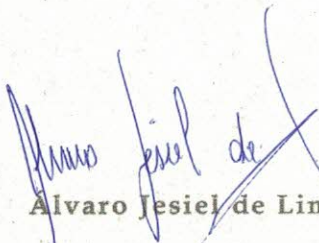
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO


Este termo de compromisso produzirá efeito desde já e terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do artigo 5º, parágrafo 6º, da Lei 7.347/85; e do artigo 784, inciso XII, do novo Código de Processo Civil, e seus prazos serão contados da sua assinatura.

Este termo de compromisso será submetido à homologação do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo.

E, por estarem de acordo, firmam o presente.

Bragança Paulista, 25 de Janeiro de 2021.

  
Alvaro Jesiel de Lima  
COMPROMITENTE

  
David Augusto Casagrande - OAB 320.419  
ADVOGADO

ANA MARIA BUOSO  
PROMOTORA DE JUSTIÇA





# MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Número MP: 14.0215.0004098/2017-1

Vol.(s) 6

Ap.(s) 0

Comarca: BRAGANÇA PAULISTA

Área: PATRIMÔNIO PÚBLICO

Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA

Assunto: AGENTE PÚBLICO / CONCURSO

Interessados: MUNICÍPIO DE PEDRA BELA

Resultado do Julgamento:

HOMOLOGADA A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO

## DELIBERAÇÃO

Em reunião realizada no dia 14/09/2021, o procedimento em epígrafe foi submetido a julgamento pelo Conselho Superior do Ministério Público, por sua turma 2ª Turma de julgamento (integrada pelos Doutores ANTONIO CARLOS FERNANDES NERY, OSCAR MELLIM FILHO, TIAGO CINTRA ZARIF e VIDAL SERRANO NUNES JUNIOR), obtendo-se o resultado que vai acima especificado, por unanimidade, acolhido o voto do(a) Conselheiro(a) Relator(a) Doutor(a) OSCAR MELLIM FILHO, que fica fazendo parte integrante desta deliberação.

Providencie-se como de praxe.

São Paulo, 14 de Setembro de 2021.

JOSE CARLOS COSENZO  
Conselheiro/Secretário

## CERTIDÃO

Certifico que, tendo recebido os autos na mesma data acima mencionada, providenciei, em cumprimento ao r. despacho supra, a publicação do edital respectivo (Diário Oficial do dia 16/09/2021). São Paulo, 16/09/2021.

Paulo Cesar Alves Barbosa, OFICIAL DE PROMOTORIA

## TERMO DE REMESSA

Aos 30/09/2021, em cumprimento ao r. despacho supra, faço a remessa destes autos à Comarca de origem (BRAGANÇA PAULISTA-PATRIMÔNIO PÚBLICO)

Paulo Cesar Alves Barbosa, OFICIAL DE PROMOTORIA